

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

*Apresentação das Informações Trimestrais
em 31 de Março de 2011 e Relatório de Revisão
dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Em 31 de março de 2011</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2010</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.300	6.192
Títulos e valores mobiliários	4	11.041	136.146
Contas a receber	5	122.643	122.136
Estoques		6.742	5.630
Tributos a recuperar	6	19.042	26.157
Adiantamento a fornecedores		9.101	7.275
Despesas do exercício seguinte		-	312
Outros ativos		<u>3.583</u>	<u>4.067</u>
		<u>176.452</u>	<u>307.915</u>
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber	5	3.438	3.781
Tributos a recuperar	6	3.943	3.943
Tributos diferidos	13	8.357	8.057
Depósitos judiciais	14	<u>7.319</u>	<u>7.328</u>
		<u>23.057</u>	<u>23.109</u>
Investimentos	7	90.000	
Imobilizado	8	621.174	551.174
Intangível	9	<u>41.783</u>	<u>41.895</u>
		<u>752.957</u>	<u>593.069</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>952.466</u>	<u>924.093</u>

(continua)

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Em 31 de março de 2011</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2010</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		24.314	32.743
Empréstimos e financiamentos	10	78.229	46.698
Salários e encargos sociais		26.887	21.264
Imposto de renda e contribuição social	13	3.311	
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		915	717
Tributos a pagar		3.407	4.357
Participação nos lucros a pagar		1.414	17.504
Dividendos a pagar		24.530	28.112
Outros passivos		<u>11.962</u>	<u>9.395</u>
		<u>174.969</u>	<u>160.790</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	10	78.738	85.925
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		10.480	10.041
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	11.327	11.139
Outros passivos		<u>751</u>	<u>1.046</u>
		<u>101.296</u>	<u>108.151</u>
Total do passivo		<u>276.265</u>	<u>268.941</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital	15	525.123	525.123
Reservas de lucros	15	144.822	145.202
Reservas de capital	15	(7.729)	(8.170)
Ajuste de avaliação patrimonial	15	(8.593)	(7.003)
Lucros acumulados		<u>22.578</u>	
Total do patrimônio		<u>676.201</u>	<u>655.152</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>952.466</u>	<u>924.093</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E RESULTADO ABRANGENTE PARA OS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>Em 31 de março de 2011</u>	<u>Em 31 de março de 2010</u>
Receita líquida de vendas e serviços	17	144.990	115.503
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	18	<u>(71.320)</u>	<u>(49.621)</u>
Lucro bruto		73.670	65.882
Despesas gerais e administrativas	18	<u>(36.846)</u>	<u>(32.055)</u>
Lucro operacional		<u>36.824</u>	<u>33.827</u>
Receitas financeiras	19	2.061	469
Despesas financeiras	19	<u>(5.118)</u>	<u>(6.221)</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(3.057)</u>	<u>(5.752)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		33.767	28.075
Imposto de renda e contribuição social	13	<u>(11.569)</u>	<u>(9.393)</u>
Lucro líquido do período		<u>22.198</u>	<u>18.682</u>
Lucro básico por ação - R\$ (Nota 16(a))	16	<u>0,18</u>	<u>0,21</u>
Lucro diluído por ação - R\$ (Nota 16(b))	16	<u>0,17</u>	<u>0,21</u>
Lucro líquido do período		<u>22.198</u>	<u>18.682</u>
Outros componentes do resultado abrangente			
Hedge de fluxos de caixa	21	<u>(1.590)</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u>20.608</u>	<u>18.682</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2010
(Em milhares de reais)

	Capital		Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
	<u>Subscrito</u>	A <u>integralizar</u>		<u>Legal</u>	Para <u>investimento</u>	<u>Especial</u>		
Em 1º de janeiro de 2010	81.003	(322)	5.728	3.419	77.444	5.369		172.641
Integralização de capital		322						322
Aumento de capital - capitalização reserva de expansão	16.201				(16.201)			
Aumento de capital - emissão de ações	323							323
Premio de opções de ações			87					87
Lucro líquido do período							<u>18.682</u>	<u>18.682</u>
Em 31 de março de 2010	<u>97.527</u>		<u>5.815</u>	<u>3.419</u>	<u>61.243</u>	<u>5.369</u>	<u>18.682</u>	<u>192.055</u>

(continua)

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011

Em milhares de reais

	Capital A <u>integralizar</u>	Reserva de <u>capital</u>	<u>Reservas de lucros</u>				Ajuste avaliação <u>patrimonial</u>	Lucros (prejuízos) <u>acumulados</u>	<u>Total</u>
			<u>Legal</u>	<u>Para investimentos</u>	<u>De retenção</u>	<u>Especial</u>			
Em 1º de janeiro de 2011	525.123	(8.170)	8.583	61.243	71.527	3.849	(7.003)		655.152
Premio de opções de ações		441							441
Realização de reserva especial – amortização fiscal do ágio incorporado da Itapoã						(380)		380	
Resultado abrangente do período - <i>hedge</i> de fluxo de caixa							(1.590)		(1.590)
Lucro líquido do período	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u>22.198</u>	<u>22.198</u>
Em 31 de março de 2011	<u>525.123</u>	<u>(7.729)</u>	<u>8.583</u>	<u>61.243</u>	<u>71.527</u>	<u>3.469</u>	<u>(8.593)</u>	<u>22.578</u>	<u>676.201</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	33.767	28.075
Ajustes:		
Depreciação e amortização	16.023	8.940
Provisão para contingências	154	-
Provisão para despesa com opções de ações	441	87
Participação de lucros	1.414	3.761
Valor residual dos investimentos e operações com coligadas baixados		(60)
Ganho na alienação dos ativos imobilizados e intangível baixados	(2.902)	(1.463)
Rendimento de títulos e valores mobiliários	(1.615)	
Juros, variação monetária e variação cambial sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais	<u>4.252</u>	<u>6.048</u>
	<u>17.767</u>	<u>17.313</u>
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber	(164)	(12.977)
Estoques	(1.112)	(667)
Tributos a recuperar	4.153	14.351
Depósitos judiciais	9	26
Outros ativos	(717)	(1.902)
Fornecedores	(8.429)	11.600
Salários e encargos sociais	5.623	5.464
Tributos a pagar	(950)	(1.791)
Outros passivos	<u>5.075</u>	<u>480</u>
	<u>3.488</u>	<u>14.584</u>
Caixa proveniente das operações	55.022	59.972
Participação nos lucros paga	(17.504)	(13.851)
Juros pagos	(4.252)	(3.781)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.163)	(5.699)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	31.103	36.641
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Títulos e valores mobiliários	126.719	
Aquisições de investimentos	(90.000)	
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível (*)	(94.647)	(58.741)
Valor recebido na venda de ativo imobilizado e intangível	4.171	1.582
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(53.757)	(57.159)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aportes de capital		645
Dividendos e JCP pagos	(3.582)	-
Amortização de empréstimos	(6.334)	(10.949)
Ingressos de empréstimos	<u>30.678</u>	<u>31.043</u>
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamentos	<u>20.762</u>	<u>20.739</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>(1.892)</u>	<u>221</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	<u>6.192</u>	<u>1.575</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 3)	<u><u>4.300</u></u>	<u><u>1.796</u></u>

(*) No total de aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível estão sendo considerados os créditos de Pis e Cofins.

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receitas:		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	168.033	135.361
Cancelamentos e descontos	(9.351)	(7.755)
Outras receitas (venda de ativos)	200	42
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)	<u>(486)</u>	<u>(214)</u>
	<u>158.396</u>	<u>127.434</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(3.504)	(5.360)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(26.596)	(17.172)
Baixa de ativos de locação	(1.268)	(60)
Outros	<u>(13)</u>	<u>(16)</u>
	<u>(31.381)</u>	<u>(22.608)</u>
Valor adicionado bruto	127.015	104.826
Depreciação, amortização e exaustão	<u>(16.024)</u>	<u>(8.939)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>110.991</u>	<u>95.887</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>2.061</u>	<u>347</u>
	<u>2061</u>	<u>347</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>113.052</u>	<u>96.234</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	47.408	38.039
Remuneração direta	36.781	29.840
Benefícios	8.193	6.376
FGTS	2434	1823
Impostos, taxas e contribuições	34.336	28.568
Federais	31.419	25.448
Estaduais	585	1046
Municipais	2332	2074
Remuneração sobre o capital de terceiros	9.110	10.945
Juros e variações cambiais	5.159	6.286
Aluguéis	3.951	4.659
Remuneração sobre o capital próprio	22.198	18.682
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-
Lucros retidos/prejuízo do exercício	<u>22.198</u>	<u>18.682</u>
Valor adicionado distribuído	<u>113.052</u>	<u>96.234</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS
INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS EM 31 DE MARÇO DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto está sediada na cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de construção civil e manutenção industrial, desempenhando as seguintes atividades principais:

- (a) Aluguel e vendas, inclusive exportação, de estruturas para construção civil em aço e alumínio, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento opcional dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.
- (b) Aluguel, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais.
- (c) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldeiraria e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades.
- (d) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópios, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos.

As informações contábeis intermediárias contidas nas Informações Trimestrais – ITR foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria da Companhia em 11 de Maio de 2011.

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Base de apresentação

As informações trimestrais foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21, que trata das demonstrações financeiras intermediárias, e de acordo com o *International Accounting Standards* – (IAS) nº. 34.

Estas informações trimestrais intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Mills, de 31 de dezembro de 2010, cujas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com os Normas Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* – IASB.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 003/2011, de 28 de abril de 2011, a seguir apresentamos as notas explicativas incluídas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes (exercício findo em 31 de dezembro de 2010), as quais, tendo em vista a ausência de alterações relevantes neste trimestre, não estão sendo incluídas de forma completa nestas informações trimestrais:

Notas explicativas não incluídas no trimestre findo em 31 de março de 2011	Localização da nota completa na demonstração anual do exercício de 2010
Gestão de risco financeiros	Nota explicativa nº 5
Programa de recuperação fiscal (Refis)	Nota explicativa nº 17

2.2 Base de elaboração

As mesmas práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram seguidos nestas informações trimestrais tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

2.3 Novas normas e interpretações, aplicáveis a Companhia, ainda não em vigor

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

As principais normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB estão descritas a seguir:

- Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que Fazem a Adoção pela Primeira Vez- Oferece para aquelas entidades que a adotam pela primeira vez o IFRS as mesmas opções que foram dadas aos usuários atuais do IFRS na adoção das alterações ao IFRS 7. Também esclarece as regras de transição das alterações ao IFRS 7.
- Aprimoramentos aos IFRS em 2010 - Diversos aprimoramentos foram efetuados para o IFRS 2010. As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 1º de janeiro de 2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigência para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia.

- IAS 24 Revisado (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida. A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas do governo.
- Alteração do IAS 32, "Instrumentos Financeiros: Apresentação - Classificação dos Direitos de Ações" - emitida em outubro de 2009, a alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em ou após 1º de fevereiro de 2010. Aplicação prévia é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros".
- O IFRIC 19, "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais" está em vigor desde 1º de julho de 2010. A interpretação esclarece a contabilização por parte de uma entidade quando os prazos de um passivo financeiro são renegociados e resultam na emissão pela entidade dos instrumentos patrimoniais a um credor da entidade para extinguir todo ou parte do passivo financeiro (conversão da dívida). Isso requer que um ganho ou perda seja reconhecido no resultado, que é mensurado como a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Se o valor justo dos instrumentos financeiros emitidos não puder ser mensurado de maneira confiável, os instrumentos patrimoniais devem ser mensurados para refletir o valor justo do passivo financeiro extinto.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia ainda avaliará o impacto total das novas normas, interpretações e alterações de normas em suas demonstrações financeiras, porém não espera impactos significativas quando dessas adoções.

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Caixa	288	275
Bancos	<u>4.012</u>	<u>5.917</u>
	<u>4.300</u>	<u>6.192</u>

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários em 31 de março de 2011 referem-se, basicamente, a operações de debêntures compromissadas junto aos Bancos Santander e Votorantim e são derivadas das captações efetuados quando da abertura do capital (IPO). O rendimento dessas operações foi de R\$1.615 no período. A redução do saldo da conta no período foi em função do pagamento da Participação nos resultados aos funcionários e aquisição das ações da Rohr.

5. CONTAS A RECEBER

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Divisão construção	43.749	47.960
Divisão Jahu	18.458	19.143
Divisão manutenção e montagem	48.352	45.550
Divisão aluguel (Mills Rental)	20.741	16.616
Eventos (**)	<u>5.150</u>	<u>6.563</u>
	<u>136.450</u>	<u>135.832</u>
Provisão para devedores duvidosos (*)	<u>(9.787)</u>	<u>(9.293)</u>
	<u>126.663</u>	<u>126.539</u>
Ajuste valor presente	<u>(582)</u>	<u>(622)</u>
	<u>126.081</u>	<u>125.917</u>
Circulante	<u>122.643</u>	<u>122.136</u>
Não circulante	<u>3.438</u>	<u>3.781</u>

A Companhia não possui concentração de cliente em sua receita e contas a receber, não possuindo nenhum cliente ou grupo econômico que represente 10% ou mais de seu contas a receber em nenhum de seus segmentos.

(*) A provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber é calculada com base no montante considerado suficiente para cobertura de potenciais perdas na realização dos créditos a receber, considerando uma análise individual dos clientes.

(**) Valor a receber pela venda do imobilizado da divisão eventos que foi descontinuada em 2008.

A composição dos valores de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

A vencer	102.417
Vencidos de 1 a 60 dias	18.601
Vencidos de 61 a 120 dias	5.411
Vencidos acima de 120 dias	<u>10.022</u>
Total	<u>136.450</u>

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS a compensar (*)	19.610	18.747
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a compensar	846	6.647
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a compensar	273	934
Outros	<u>2.256</u>	<u>3.772</u>
	<u>22.985</u>	<u>30.100</u>
Circulante	<u>19.042</u>	<u>26.157</u>
Não circulante	<u>3.943</u>	<u>3.943</u>

(*) Os créditos de PIS e COFINS referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado e os mesmos serão compensados com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos e a expectativa é que sejam realizados até 2013.

7. INVESTIMENTO

Em 8 de fevereiro de 2011 a Companhia adquiriu 25% do capital social da Rohr S.A Estruturas Tubulares (“Rohr”), por R\$ 90.000. A Rohr é uma empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, que atua, principalmente, nos setores de construção pesada e manutenção industrial, e, por ser uma companhia fechada, não divulga informações financeiras intermediárias.

Por ser este um fato recente e pelo fato das informações contábeis dessa investida não estarem disponíveis, durante o período compreendido entre a data de aquisição e o encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2011 a Companhia ainda encontrava-se em fase de avaliação do investimento adquirido, de forma que não foi possível avaliar a eventual necessidade de ajuste no saldo do investimento pago pela Rohr na data de aquisição bem como em 31 de março de 2011, permanecendo esse investimento registrado pelo valor pago na aquisição. A Companhia entende que possíveis ajustes que venham a ser identificados não serão relevantes em comparação aos resultados da Mills, tendo em vista que a participação da Companhia neste investimento é de apenas 25% e que o mesmo foi adquirido a menos de dois meses.

8. IMOBILIZADO

	Equipamentos de locação e uso operacional	Leasing	Equipamentos de locação a imobilizar	Total Equipamentos de locação	Benfeitorias propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total bens uso próprio	Total do imobilizado
<u>Custo do imobilizado bruto</u>													
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>531.326</u>	<u>100.882</u>	<u>57.695</u>	<u>689.903</u>	<u>6.910</u>	<u>8.433</u>	<u>6.840</u>	<u>897</u>	<u>1.089</u>	<u>4.672</u>	<u>5.470</u>	<u>34.311</u>	<u>724.214</u>
Aquisição (*)	42.051	-	40.791	82.842	864	21	413	80	3	322	2.595	4.298	87.140
Alienação	(2.151)	-	-	(2.151)	-	-	(5)	(76)	-	-	-	(81)	(2.232)
Transferências	<u>23.154</u>	<u>-</u>	<u>(23.154)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de março de 2011	<u>594.380</u>	<u>100.882</u>	<u>75.332</u>	<u>770.594</u>	<u>7.774</u>	<u>8.454</u>	<u>7.248</u>	<u>901</u>	<u>1.092</u>	<u>4.994</u>	<u>8.065</u>	<u>38.528</u>	<u>809.122</u>
<u>Depreciação acumulada</u>													
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>(139.418)</u>	<u>(23.560)</u>	<u>==</u>	<u>(162.978)</u>	<u>(1.818)</u>	<u>(774)</u>	<u>(4.034)</u>	<u>(288)</u>	<u>(501)</u>	<u>(2.647)</u>	<u>==</u>	<u>(10.059)</u>	<u>(173.040)</u>
Depreciação	(12.840)	(2.479)	-	(15.319)	(175)	(26)	(221)	(42)	(16)	(72)	-	(552)	(15.871)
Alienação	<u>905</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>905</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>57</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8</u>	<u>963</u>
Saldos em 31 de março de 2011	<u>(151.353)</u>	<u>(26.039)</u>	<u>==</u>	<u>(177.392)</u>	<u>(1.993)</u>	<u>(800)</u>	<u>(4.254)</u>	<u>(273)</u>	<u>(517)</u>	<u>(2.719)</u>	<u>==</u>	<u>(10.556)</u>	<u>(187.948)</u>
Taxas anuais de depreciações - %	10	10			10	4	20	20	10	10			
<u>Resumo Imobilizado líquido</u>													
Saldo em 31 de dezembro de 2010	391.908	77.322	57.695	526.925	5.092	7.659	2.806	609	588	2.025	5.470	24.249	551.174
Saldo em 31 de março de 2011	443.027	74.845	75.332	593.202	5.781	7.654	2.994	628	575	2.275	8.065	27.972	621.174

(*) As aquisições do imobilizado estão líquidas dos créditos de Pis e Cofins no total de R\$7.152.

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso (Tubos Mills e Elite), formas (Formas Noe e Aluma), escoramentos (MillsTour e Aluma), plataformas aéreas (JLG e Genie) e manipuladores telescópicos.

A depreciação do período, alocada ao custo de produção e de serviços prestados e às despesas gerais administrativas, monta a R\$15.319 e R\$552 em 31 de março de 2011 (31 de março de 2010 - R\$8.484 e R\$358), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (Nota 10).

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira.

Revisão da vida útil estimada

Para fins dessa análise, a Companhia, com base na avaliação dos responsáveis técnicos, emitiu laudo de avaliação datado de 23 de novembro de 2009, aprovado em Reunião de Diretoria. Em 2010, com o intuito de corroborar a avaliação de seus responsáveis técnicos, a Companhia contratou avaliadores independentes que emitiram laudo de avaliação datado de 4 de fevereiro de 2011. Para a elaboração dos respectivos laudos, os responsáveis técnicos e os avaliadores independentes consideraram o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de vivência dos bens. A estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado do grupo de equipamentos de locação apurada está em linha com as taxas de depreciação utilizadas pela Companhia, portanto não houve alteração da taxa de depreciação a partir de 1º de janeiro de 2010.

Custo atribuído

A Companhia não fez opção em utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função de que o seu imobilizado tal como apresentado conforme as práticas contábeis anteriores (BR GAAP em vigor em 2009) já atendia de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que: (i) os controles internos na área de ativo imobilizado já compreendiam na data de transição (1.1.2009) revisões periódicas quanto à melhor estimativa de vida útil e valor residual das principais classes de seus ativos imobilizados; (ii) a segmentação e classificação dos principais itens do ativo imobilizado sujeitos à depreciação já levava em consideração os impactos de depreciação sobre os principais componentes dos ativos imobilizados. Além disto, a Companhia entende que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados.

9. INTANGÍVEL

	<u>Software</u>	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Ágio em investimentos</u>	<u>Total intangível</u>
Custo do intangível bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>6.075</u>	<u>63</u>	<u>42.317</u>	<u>48.455</u>
Aquisição	356	-	-	356
Alienação	(2)	-	-	(2)
Transferência	<u>(314)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(314)</u>
Saldo em 31 de março de 2011	<u>6.115</u>	<u>63</u>	<u>42.317</u>	<u>48.495</u>
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>(2.318)</u>	<u>(10)</u>	<u>(4.232)</u>	<u>(6.560)</u>
Amortização	<u>(152)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(152)</u>
Saldo em 31 de março de 2011	<u>(2.470)</u>	<u>(10)</u>	<u>(4.232)</u>	<u>(6.712)</u>
Taxas anuais de amortização - %	20	10		
<u>Resumo Intangível líquido</u>				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.757	53	38.085	41.895
Saldo em 31 de março de 2011	3.645	53	38.085	41.783

Provisão para redução ao valor recuperável do ágio

O ágio é oriundo da aquisição da Jahu ocorrida em 2008 e a mesma está sendo considerada como um segmento de negócio e uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado.

O valor recuperável da UGC Jahu foi determinado com base no fluxo de caixa real deste segmento em 2009, antes do imposto de renda e da contribuição social, projetados para um período de dez anos, considerando uma taxa de desconto de 10% a.a. e sem considerar nenhuma taxa de crescimento. Não foi identificada necessidade de reconhecimento de provisão para perda ao valor de recuperável do ágio.

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO FINANCEIRO

Os empréstimos foram usados para aquisição de equipamentos sendo indexados ao CDI ou a TJLP.

Os empréstimos indexados ao CDI foram acrescidos de 1,0% a 4,5% ao ano e com amortização de principal e juros em bases mensais.

Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de 0,2% a 7,0% ao ano e amortizações em bases mensais até 17 de fevereiro de 2020.

Os empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiros são apresentados a seguir:

	31 de março <u>de 2011</u>	31 de dezembro <u>de 2010</u>
Circulante:		
Empréstimos bancários	50.306	19.034
Obrigações de arrendamento financeiro	<u>27.923</u>	<u>27.664</u>
	78.229	46.698
Não circulante:		
Empréstimos bancários	38.505	40.645
Obrigações de arrendamento financeiro	<u>40.233</u>	<u>45.280</u>
Total	<u>78.738</u>	<u>85.925</u>

Empréstimos e financiamentos

	Passivo circulante	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Financiamentos com instituições financeiras: (Indexados ao CDI acrescidos de 0,6% a 4,5% de juros ao ano)	47.411	17.030
Financiamentos com instituições financeiras: (Indexados a TJLP acrescidos de 0,2% a 7,0% de juros ao ano)	<u>2.895</u>	<u>2.004</u>
	<u>50.306</u>	<u>19.034</u>
	Passivo não circulante	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Financiamentos com instituições financeiras (operação Indexados ao CDI acrescidos de 1% a 4,5% de juros ao ano)	22.803	24.878
Financiamentos com instituições financeiras (operações indexadas a TJLP acrescidos de 0,2% a 7,0% de juros ao ano)	<u>15.702</u>	<u>15.767</u>
	<u>38.505</u>	<u>40.645</u>

As instituições financeiras com as quais a companhia mantém empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2011 são:

- Santander
- Banco do Brasil
- Banco Fibra
- Bradesco
- Itaú Unibanco

Segue abaixo composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Garantias concedidas:		
Imóvel		
Caução de duplicatas	1.416	1.416
Recebíveis	5.976	6.683
Penhor	2.106	2.106
Alienação fiduciária	<u>122.086</u>	<u>121.696</u>
Total das garantias reais	<u>131.584</u>	<u>131.901</u>
Notas promissórias	96.891	96.891

As notas promissórias são garantias executáveis e servem como garantias adicionais com relação aos empréstimos e financiamentos.

Os vencimentos das parcelas do não circulante em 31 de março de 2011 estão demonstradas abaixo:

2011	
2012	16.353
2013	9.340
2014	6.078
2015	1.372
2016	<u>5.362</u>
	<u>38.505</u>

Arrendamento financeiro

Refere-se, substancialmente, a contratos para a compra de imobilizado de locação com prazos entre 36 e 60 meses, com vencimentos até 2015 e indexados ao CDI acrescidos de 1,0% a 4,5% ao ano. Essa obrigação está garantida pelos próprios bens arrendados. Não estão sendo apresentados os fluxos de caixa de pagamento não descontado da dívida, pois os pagamentos são calculados de forma postecipada de acordo com a variação do CDI.

	Passivo circulante	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
<u>Instituição financeira</u>		
Banco ABN Amro Real S.A.	-	808
Banco Alfa S.A.	7.062	7.338
Banco Bradesco S.A.	4.784	4.636
Banco de Lage	137	137
Banco Dibens	749	727
Banco do Brasil	1.321	1.280
Banco Itaú S.A.	2.614	2.540
Banco Safra S.A.	381	369
Banco Santander S.A.	3.442	2.525
HSBC Bank Brasil S.A.	<u>7.433</u>	<u>7.304</u>
	<u>27.923</u>	<u>27.664</u>
	Passivo não circulante	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
<u>Instituição financeira</u>		
Banco ABN Amro Real S.A.	-	576
Banco Alfa S.A.	3.152	4.327
Banco Bradesco S.A.	6.540	7.494
Banco de Lage	226	260
Banco Dibens	1.137	1.284
Banco do Brasil	2.877	3.107
Banco Itaú S.A.	5.005	5.474
Banco Rodobens S.A.		175
Banco Safra S.A.	86	6.559
Banco Santander S.A.	6.508	16.024
HSBC Bank Brasil S.A.	<u>14.702</u>	<u>-</u>
	<u>40.233</u>	<u>45.280</u>

Os vencimentos das parcelas do não circulante em 31 de março de 2011 estão demonstradas abaixo:

2011	
2012	16.495
2013	16.806
2014	6.723
2015	<u>209</u>
Total	<u>40.233</u>

Covenants

Contrato de financiamento firmado com o Banco Itaú BBA S.A. estabelece limites para determinados indicadores ligados à capacidade de endividamento e de pagamentos de juros. Tais parâmetros levam em conta a relação EBITDA versus endividamento líquido, dívida líquida de curto prazo sobre dívida líquida total e despesa financeira líquida sobre EBITDA.

Tais obrigações estão sendo cumpridas.

11. PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldo

Não houve empréstimos entre a Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. e seus administradores durante o período.

Em 31 de março de 2011 a Companhia mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com determinados membros do conselho de administração gerando uma despesa de R\$ 30 no período (R\$ 295 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010).

b) Remuneração da administração

Os montantes referentes à remuneração dos membros da administração da Companhia estão demonstrados a seguir:

	31 de março <u>de 2011</u>	31 de março <u>de 2010</u>
Salários e encargos - Diretoria	967	810
Honorários do Conselho de Administração	190	45
Pagamentos com base em ações	<u>177</u>	<u>38</u>
	<u>1.334</u>	<u>893</u>

12. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Participação dos empregados nos lucros

A provisão para participação nos lucros dos empregados e executivos é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto ao sindicato da categoria, através de acordo coletivo de trabalho, em consonância com a Lei nº 10.101/00 e com o estatuto social da Companhia.

b) Plano de opção de compra de ações

A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela assembleia geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo. Esses planos são administrados pela companhia e a aprovação das outorgas é sancionada pelo conselho de administração.

Descrição dos planos

Plano 2002

Este plano foi aprovado pela assembleia geral extraordinária de 1º de agosto de 2002, tendo sido outorgado na mesma data e exercido em 31 de agosto de 2002, e consiste em um mecanismo de compra de ações ordinárias da empresa.

Foram adquiridas 612.157 mil ações da então Mills Andaimos Tubulares do Brasil S.A (MAT), antiga holding do grupo e incorporada pela Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A (ME), em 30 de Janeiro de 2009, equivalentes em 31 de dezembro de 2009 a 3.920 ações da ME, pelo preço ("*strike price*") de R\$2,2632 o milhar de ações. O valor correspondente já foi 100% integralizado e o lock up de 3 anos de prestação de serviço já foi cumprido.

Planos Especiais Top Mills e Plano Especial CEO

Tais planos foram aprovados pelo conselho de administração, em 27 de novembro de 2007, e ratificados em assembleia geral extraordinária realizada em 28 de maio de 2008. Entre 1º de janeiro de 2008 e 1º de janeiro de 2009 foram outorgadas, ao todo, 140.825 mil opções de compras de ações da antiga empresa MAT, correspondendo, em 31 de dezembro de 2009, a 901 mil opções da ME.

Essas opções serão convertidas em ações, pelo preço de R\$12,0294 por milhar, corrigido pelo IPCA entre janeiro de 2008 e a data do seu exercício.

Em contrapartida, os beneficiários ficam obrigados a prestar serviços para a Companhia pelo prazo de 3 anos após a data da oferta pública.

O plano especial Top Mills entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008 e será extinto até 10 de julho de 2015, ou a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária.

O plano especial CEO entrou em vigor em 1º de novembro de 2008 e será extinto até 10 de julho de 2012 ou a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária.

Plano Ex-CEO

Neste plano foram outorgadas 24.000 mil opções também da antiga MAT em 1º de maio com 2008, correspondendo em 31 de dezembro de 2009 a 154 mil opções da ME. Este plano é igual ao plano Top Mills e Especial CEO anteriormente descrito, inclusive no preço de exercício, exceto pelo fato de não existir um "*lock up period*". O plano já foi exercido e capitalizado em 12 de março de 2010 o correspondente a 154 mil ações.

Plano executivos Mills Rental

O plano foi outorgado em 29 de dezembro de 2008, também com opções da antiga MAT, para os principais executivos da divisão Rental, que iniciou suas atividades em Janeiro de 2008. O exercício das opções está condicionado ao atingimento de metas de EBITDA.

Na primeira etapa do plano foram distribuídas opções equivalentes a U\$387 mil (trezentos e oitenta e sete mil), condicionadas ao atingimento de um EBITDA pela divisão de R\$11 milhões. Na segunda etapa foram distribuídas opções equivalentes a U\$1.162 (um milhão, cento e sessenta e dois mil dólares) condicionadas ao atingimento de um EBITDA pela divisão de R\$22 milhões. A quantidade de opções correspondentes a estes valores foi obtida convertendo-se os valores acima para reais pela taxa do dia de encerramento do exercício onde a meta foi atingida, e dividindo-se o valor em reais pelo valor por ação correspondente a valorização da Mills de 6,6 vezes o EBITDA, menos dívida líquida do mesmo exercício, no qual a meta foi atingida. A esta quantidade é acrescida uma pequena quantidade para fazer o "gross up", correspondente a alíquota de IR fonte de 15%.

O preço de exercício destas opções é de R\$3,95 por milhar, atualizado pelo IPCA desde janeiro de 2007, até a data do exercício. Na ocasião da outorga do plano, estava previsto o atingimento da primeira meta em 31 de dezembro de 2008 e para 31 de dezembro de 2009 a segunda meta, resultando na outorga de 137.031 mil opções da antiga MAT, correspondendo em 31 de dezembro de 2009 a 438 mil opções da ME. A primeira meta foi atingida, de fato, em 31 de dezembro de 2008, tendo resultado na emissão e aquisição de 199.853 ações da ME, mediante aumento de capital, na AGE de 1º de outubro de 2009, no valor de R\$134 mil. A segunda meta foi atingida e as opções já podem ser exercidas.

O Plano especial Mills divisão Rental entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008 e será extinto em 31 de dezembro de 2013, ou a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária.

Plano de opções de compras de ações 2010

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de fevereiro de 2010, foi aprovado o Plano de Opção de compra de ações de emissão da Companhia. Poderão ser eleitos como beneficiários administradores e empregados em posição de comando da Companhia ou de sociedades sob controle da Companhia. O plano é administrado pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá impor termos e/ou condições para o exercício da opção, bem como restrições à transferência de ações adquiridas com o exercício das opções. As opções de compras de ações, outorgadas no âmbito do plano, poderão conferir direitos de aquisição de até 5% das ações do nosso capital social. Adicionalmente, o plano tem como meta opções de compra de ações, em número que não exceda, em cada ano, a 1% das ações do capital social, na data de aprovação do plano.

O preço das ações ordinárias a serem adquiridas pelos beneficiários, em decorrência do exercício das opções, será fixado pelo Conselho de Administração, com base na média da cotação das ações na BM&F BOVESPA, ponderada pelo volume de negociação havido no mês, ou nos dois meses anteriores a outorga, corrigido pela inflação de acordo com o IPCA, deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação, pagos pela Companhia, a partir da data da outorga. Excepcionalmente, na primeira outorga, o preço de exercício das opções será baseado no valor de lançamento, das ações no âmbito da oferta, corrigido pela inflação, de acordo com o IPCA, deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação, pagos, a partir da data da outorga. As opções outorgadas nos

termos deste plano estarão sujeitas a prazo de carência de até 72 meses para a conversão das opções em ações. Foram outorgadas 1.432 mil opções de ações em 31 de maio de 2010.

As opções de compras vigorarão pelo prazo de seis anos completos, a contar da data de celebração do contrato em 31 de maio de 2010, isto é, até a data de 31 de maio de 2016.

Em 5 de julho 2010 realizou-se a segunda outorga de opções de ações com preço de exercício da primeira distribuição pública de suas ações, isto é R\$11,50 corrigido monetariamente de acordo com a variação do IPCA, a partir de 5 de julho de 2010 até a data de exercício da Opção de Compra, (iii) deduzido do valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação pagos pela Companhia a partir da data da outorga. As opções de ações da segunda outorga nos termos deste plano estarão sujeitas a prazo de carência de até 72 meses para a conversão das opções em ações. Foram outorgadas 43 mil opções de ações.

As opções de compra vigorarão pelo prazo de seis anos completos a contar de 5 de julho, isto é até 5 de julho de 2016.

Precificação e contabilização dos planos

Para precificação do custo das parcelas dos planos referentes à sua componente de patrimônio foram determinadas as volatilidades aplicáveis a cada um, as taxas livres de risco e os "stock prices", com base em *valuations* de 6,6 vezes o EBITDA, menos dívida líquida no período de cada plano e usamos o modelo de *Black-Sholes-Merton* para cálculo dos valores justos.

Com relação ao plano 2002, como se trata de simples mecanismo de compra de ações ordinárias, as opções, já exercidas, estão integralmente consideradas como instrumentos patrimoniais e registrados na conta de reserva de capital, dentro do patrimônio líquido.

Para os demais planos concedidos até 2009 a Companhia classificou os planos como instrumento compostos uma vez que os mesmos incluem um componente de dívida (direito/possibilidade de receber o pagamento em dinheiro na não ocorrência da oferta pública) e um componente de capital (direito/possibilidade de receber o pagamento em instrumento de patrimônio em ocorrendo a oferta pública) no qual a escolha de liquidação está fora do controle da Companhia e do beneficiário. Para precificação do valor justo da parcela de dívida foi considerado o quanto a Companhia desembolsaria, a valor presente, conforme o múltiplo de EBITDA, descrito acima, ponderado pela probabilidade de ocorrência do evento de oferta pública de ações, sendo o valor resultante contabilizado no passivo exigível de longo prazo. A oferta pública ocorreu em 14 de abril de 2010, portanto não existe parcela de dívida a partir dessa data.

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o ano de 2010, foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, de R\$3,86 (1ª outorga) e 5,49 (2ª outorga) por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram: preço médio ponderado da ação de R\$11,95 (1ª outorga) e 14,10 (2ª outorga) na data da concessão, preço do exercício de R\$11,5 (1ª e 2ª outorgas) volatilidade de 31% mensurada pelo histórico do EBTIDA da companhia, rendimento de dividendos de 1,52% (1ª outorga) e 1,28 % (2ª outorga), uma vida esperada da opção correspondente a quatro anos e uma taxa de juros anual sem risco de 6,6% e 6,37% respectivamente.

A parcela de patrimônio foi precificada apenas no momento da outorga e não sofre remensurações de valor justo a cada data de balanço. As parcelas de patrimônio e de dívida são apropriadas plano a plano, considerando seus respectivos períodos de "lock up" (período em que ações ficam bloqueadas para negociação), com base na melhor estimativa da administração quanto a data final dos mesmos. O período de "lock up" considerado pela administração considerou o cenário de realização de oferta pública em 2010.

A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos em cada exercício nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados dos exercícios.

	31 de março <u>de 2011</u>	31 de dezembro <u>de 2010</u>
<u>Plano 2002</u>		
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de ações (milhares)	3.920	3.920
<u>Plano Top Mills, Plano Especial CEO e EX-CEO</u>		
Reserva de capital	810	766
Número de opções a exercer (milhares)	190	190
Número de ações (milhares)	865	865
<u>Plano executivos Mills Rental</u>		
Reserva de capital	3.908	3.865
Número de opções a exercer (milhares)	65	65
Número de ações (milhares)	372	372
<u>Plano 2010</u>		
Reserva de capital	1.175	821
Número de opções a exercer (milhares)	<u>1.474</u>	<u>1.474</u>
Total registrado como patrimônio (acumulado)	7.339	6.898
Efeito anual no resultado	(441)	(586)

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva esta demonstrada a seguir:

	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	33.767	28.075
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(11.481)	(9.546)
Provisões indedutíveis – diferenças permanentes	(26)	111
Outros	<u>(62)</u>	<u>42</u>
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	<u>(11.569)</u>	<u>(9.393)</u>
Alíquota efetiva	34%	33%
Imposto de renda corrente	(11.269)	(7.082)
Imposto de renda diferido	(300)	(2.311)

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferido

A composição dos valores relativos ao imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

Natureza	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Ágio Itapoã (*)	3.469	3.849
Ajuste valor presente	198	212
Outras provisões	624	
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	1.283	1.241
Arrendamento financeiro	3.424	3.424
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.376	4.319
Derivativos swap	<u>2.215</u>	<u>1.523</u>
Total imposto diferido ativo	<u>15.589</u>	<u>14.568</u>
Ágio Jahu (*)	(6.474)	(5.755)
Receita de atualização de depósitos judiciais	<u>(758)</u>	<u>(756)</u>
Total imposto diferido passivo	<u>(7.232)</u>	<u>(6.511)</u>
Crédito fiscal líquido	8.357	8.057

(*) Os créditos e débitos fiscais de IR e CSLL, são compostos pelo benefício das reorganizações societárias, envolvendo as incorporações da Itapoã e da Jahu, relativo à diferença temporária pela não amortização contábil do ágio gerado na aquisição.

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

(a) Imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos

<u>Natureza</u>	<u>Fundamentos para realização</u>
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Pela realização fiscal da perda
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
Arrendamento financeiro	Realização no prazo da depreciação linear dos bens
Ajuste a valor presente	Pela realização fiscal da perda/ganho
Outras provisões	Pelo pagamento
Ágio da Itapoã	Pela amortização fiscal
Ágio da Jahu	Pela alienação do ativo
Atualização de depósitos judiciais	Pelo levantamento do depósito

Abaixo demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos para 31 de março de 2011:

	IR e CSLL diferidos <u>ativos</u>	IR e CSLL diferidos <u>passivos</u>
2011	3.164	
2012	3.543	
2013	2.832	
2014	2.023	
2015	2.023	
A partir de 2016	<u>2.004</u>	(7.232)
	<u>15.589</u>	<u>(7.232)</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2008. Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2009 e 2008 a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT, que em 2010, passou a ser obrigatório.

14. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Nas datas das Informações trimestrais, a Companhia apresentava os seguintes passivos, relacionados a provisões:

	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	214	209
Responsabilidade cível	430	430
Reclamações trabalhistas	1.672	1.672
IRPJ/CSLL - Jahu	5.049	4.975
Fator Acidentário Previdenciário - FAP	2.165	2.112
Outros	<u>1.797</u>	<u>1.741</u>
	<u>11.327</u>	<u>11.139</u>

b) Composição dos depósitos judiciais

	Depósitos judiciais	
	31 de março de 2011	31 de Dezembro de 2010
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	674	674
ISS - Locação	4.429	4.429
Reclamações trabalhistas	1.102	1.109
Outros	<u>1.114</u>	<u>1.116</u>
	<u>7.319</u>	<u>7.328</u>

c) Natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e, está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente.

As principais provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas em discussão podem ser resumidas como segue:

(i) Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS

Em 2001 e 2005, a sociedade sofreu autuações referentes ao recolhimento de valores supostamente não recolhidos a títulos de contribuições previdenciárias, e com base na posição de seus consultores jurídicos externos a administração manteve uma provisão de R\$214 (31 de dezembro de 2010 - R\$209).

Adicionalmente, tendo em vista a mudança de prognóstico motivada pela sentença de 1º grau publicada em 30 de novembro de 2009, a Companhia em relação à discussão envolvendo o arbitramento de parte da NFLD nº 35.102.800-5 cujo objeto é o débito devido a título da contribuição adicional ao SAT destinada ao financiamento da aposentadoria especial, decidiu incluir este débito no parcelamento especial - Lei nº 11.941/2009 .

(ii) Reclamações trabalhistas

A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. As chances de sucesso são consideradas favoráveis na maioria dos processos e, baseada na posição dos consultores jurídicos externos das sociedades, é mantida uma provisão somente para aqueles julgados como de perda provável.

(iii) Imposto de renda e contribuição social

A antiga Jahu foi autuada por depreciar seus bens em cinco anos e por indedutibilidade de despesas com prestadores de serviço, além de imposto de renda na fonte sobre os valores pagos aos mesmos. A Jahu possuía laudo técnico que amparava a depreciação em cinco anos, e por conta disto os advogados classificam como remotas as chances de perda. Os demais valores que compõem o referido auto no montante de R\$5.049 valor atualizado em 31 de março de 2011 (31 de dezembro de 2010 - R\$4.975), foram provisionados, pois neste caso a chance de êxito, é considerada remota.

(iv) Processos de responsabilidade cível

A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade cível e indenizações. Amparada por seus consultores jurídicos externos, a administração constituiu em 31 de março de 2011 uma provisão de R\$430, (31 de dezembro de 2010 - R\$430) para as perdas consideradas prováveis.

(v) ISS sobre locação

Em outubro de 2001, a Companhia ingressou com ações nos diversos municípios em que atua, visando recuperar o ISS recolhido desde 1991 sobre locação de bens móveis. As ações encontram-se em curso, no aguardo de decisão judicial. Após a edição da Lei Complementar nº 116/2003, a partir de agosto de 2003, a Mills interrompeu o recolhimento de ISS sobre locação de bens móveis, continuando a tributar a cessão de andaimes e outras estruturas de uso temporário.

Já a antiga Jahu ingressou com ações questionando a incidência do ISS na locação de bens móveis, e efetuava depósitos judiciais, mesmo após a Lei nº 116/2003. Não existem provisões para este depósito, em virtude da probabilidade de êxito ser possível.

Não houve variação significativa no saldo de passivos contingentes em relação ao apresentado em 31.12.2010.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital subscrito

O capital social totalmente subscrito e integralizado, em 31 de março de 2011 é representado pelo valor de R\$525.123 (31 de dezembro de 2010 - R\$525.123) dividido em 125.495 mil (31 de dezembro de 2010 - 125.495 mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:

<u>Acionistas</u>	<u>31 de março de 2011</u>		<u>31 de dezembro de 2010</u>	
	<u>Quantidade de ações (em milhares)</u>	<u>Porcentagem</u>	<u>Quantidade de ações (em milhares)</u>	<u>Porcentagem</u>
Nacht Participações S.A. (*)	27.422	21,85%	48.983	39,03%
Jeroboam Investments LLC.(*)	19.233	15,33%	-	-
Capital Group International Inc.	7.032	5,60%	7.032	5,60%
FMR LLC	6.587	5,25%	6.587	5,25%
Outros	<u>65.221</u>	<u>51,97%</u>	<u>62.893</u>	<u>50,12%</u>
	<u>125.495</u>	<u>100,00%</u>	<u>125.495</u>	<u>100,00%</u>

(*) A Nacht Participações S.A. - Nacht, (acionista majoritário e controlador) reduziu seu capital social, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de fevereiro de 2011. Após capitalização de parcela dos lucros acumulados e da reserva legal, houve a redução do capital social da Nacht. Como consequência da redução de capital, a participação da Nacht no capital social votante e total da Mills foi reduzida em 17,2%, passando de 39,0% para 21,85% e os acionistas Jeroboam Investments LLC (Jeroboam), Andres Cristian Nacht (Cristian Nacht) e Jytte Kjellerup Nach passaram a deter uma participação direta de 15,33%, 1,4% e 0,5% da Mills, respectivamente.

b) Reservas de Lucros

(b.1) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b.2) Reserva de retenção de lucros

A Reserva para retenção de lucros refere-se a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da companhia, a ser deliberado na Assembleia geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(b.3) Reserva especial

A reserva especial refere-se ao benefício fiscal gerado pela reorganização societária ocorrida em 2009.

c) Outras reservas

(c.1) Reserva para *hedge* de fluxo de caixa (Ajuste de avaliação patrimonial)

A reserva para *hedge* de fluxo de caixa contém a parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço no valor de R\$8.593. No ano de 2009 até junho de 2010 o ganho ou perda dessas operações eram reconhecidas no resultado porque a Companhia ainda não havia preparado a documentação necessária para o "*Hedge Accounting*".

(c.2) Reserva de capital

A reserva de capital contém os custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital próprio no montante de R\$15.068 líquido dos impostos, referente a distribuição pública primária de ações e reserva para prêmio de opções de ações, dos planos de *stock options* para os empregados no montante de R\$7.339 (em 31 de dezembro 2010 - R\$6.898).

16. LUCRO POR AÇÃO

a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	<u>22.198</u>	<u>18.682</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>125.495</u>	<u>87.574</u>
Lucro básico por ação	0,18	0,21

b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Lucro		
Lucro líquido usado para determinar o lucro diluído por ação	<u>22.198</u>	<u>18.682</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	125.495	87.574
Ajustes de:		
Opções de compra de ações (milhares)	<u>1.729</u>	<u>1.139</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	<u>127.224</u>	<u>88.713</u>
Lucro diluído por ação	<u>0,17</u>	<u>0,21</u>

17. RECEITA LIQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	31 de março <u>de 2011</u>	31 de março <u>de 2010</u>
Locação	112.998	86.820
Vendas	6.233	11.824
Assistência técnica	43.320	34.776
Indenizações e recuperação	5.489	1.941
Impostos sobre vendas e serviços	(13.699)	(12.103)
cancelamentos e descontos	<u>(9.351)</u>	<u>(7.755)</u>
	<u>144.990</u>	<u>115.503</u>

18. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS (POR NATUREZA)

Os custos referem-se principalmente às despesas de pessoal para montagem e desmontagem dos bens próprios locados, quando esta montagem é feita pela própria Mills, aos equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque da Mills é insuficiente para atender demanda, aos fretes de transporte de equipamento entre filias e eventualmente para os clientes, e às despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos.

As despesas gerais e administrativas referem-se às despesas com os depósitos, a gestão de cada contrato da Companhia, compreendendo as equipes de projetos e de engenheiros da área comercial, que correspondem, substancialmente, a salários, encargos e benefícios, sendo as demais referentes a despesas com viagens, representações e comunicação, bem como as despesas das áreas administrativas.

	31/3/2011			31/3/2010		
NATUREZA	custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas	TOTAL	custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas	TOTAL
Pessoal	(34.677)	(19.814)	(54.491)	(24.368)	(16.684)	(41.052)
Terceiros	(1.117)	(5.069)	(6.186)	(779)	(3.297)	(4.076)
Frete	(3.158)	(96)	(3.254)	(1.583)	(429)	(2.012)
Material Construção/ Manutenção e reparo	(7.871)	(1.071)	(8.942)	(4.253)	(1.978)	(6.231)
Aluguel de equipamentos	(417)	-	(417)	(2.225)	-	(2.225)
Aluguel outros	(2.076)	(1.876)	(3.952)	(1.217)	(2.401)	(3.618)
Viagem	(1.561)	(2.647)	(4.208)	(1.041)	(1.491)	(2.532)
Depreciação	(15.319)	(552)	(15.871)	(8.484)	(358)	(8.842)
Amortização de intangível	-	(152)	(152)	-	(97)	(97)
Baixa de ativos	(1.246)	-	(1.246)	(60)	-	(60)
Vendas (CMV)	(3.504)	-	(3.504)	(5.360)	-	(5.360)
Provisão para Devedores-PDD	-	(494)	(494)	-	(215)	(215)
Plano de Ações	-	(441)	(441)	-	(87)	(87)
Atualização provisões	-	(154)	(154)	-	(84)	(84)
Participações no Resultado	-	(1.414)	(1.414)	-	(3.761)	(3.761)
Outros	(374)	(3.066)	(3.399)	(251)	(1.173)	(1.424)
	<u>(71.320)</u>	<u>(36.846)</u>	<u>(108.166)</u>	<u>(49.621)</u>	<u>(32.055)</u>	<u>(81.676)</u>

19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

a) Receitas financeiras

	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Receitas de juros por recebimentos de faturas em atraso	241	143
Receitas de aplicação financeira	1.615	79
Descontos obtidos	17	72
Variação cambial e monetária ativa	182	52
Resultado das operações de "swap", líquido	-	122
Outras	<u>6</u>	<u>1</u>
	<u>2.061</u>	<u>469</u>

b) Despesas financeiras

	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Juros de empréstimos	1.942	3.197
Variação monetária passiva	323	-
Juros de arrendamento financeiro	2.371	2.239
Juros - Outros	246	138
Tarifas bancárias	189	137
Imposto sobre operações financeiras - IOF	13	400
Outras	74	297
Ajuste valor presente	<u>(40)</u>	<u>(187)</u>
	<u>5.118</u>	<u>6.221</u>

20. RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS-8).

Os segmentos reportáveis da companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois estes é que geram a receita da Companhia, lucro líquido e Ebtida de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item.

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pelo Conselho de Administração contendo as seguintes divisões:

Divisão de construção

Fornecimento de soluções específica de engenharia e equipamentos, especificamente com relação a formas de concretagem e estruturas de escoramentos, destinados a construção de grandes estruturas, planejamento, projeto, supervisão técnica, equipamentos e serviços correlatos.

Divisão Jahu

Fornecimento de formas e concretagem, escoramentos e andaimes no âmbito da prestação de serviços de soluções especiais de engenharia para construção civil, com ênfase no setor de construção residencial e comercial, fornecendo planejamento, projeto, supervisão técnica, equipamentos e serviços relacionados.

Divisão de Serviços Industriais

Fornecimento de estruturas desenvolvidas para permitir o acesso de pessoal e materiais durante as fases de montagem de equipamentos e tubulações e para manutenção, preventiva e corretiva, em grandes plantas industriais, serviços de pintura industrial, tratamentos de superfície e isolamento térmico.

Divisão Rental

Fornecimento de equipamentos motorizados de acesso (plataformas de trabalho aéreas) e manipuladores telescópios para elevação de pessoas e transporte de cargas em alturas consideráveis.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro e no EBITDA.

Demonstração do resultado por segmento de negócio

	Construção		Jahu		Serviços industriais		Rental		Total	
	31 de março	31 de março	31 de março	31 de março	31 de março	31 de março	31 de Março	31 de março de 2010	31 de março	31 de março
	<u>de 2011</u>	<u>de 2010</u>	<u>de 2011</u>	<u>de 2010</u>	<u>de 2011</u>	<u>de 2010</u>	<u>de 2011</u>	<u>de 2011</u>	<u>de 2011</u>	<u>de 2010</u>
Receita líquida	31.833	35.658	29.214	22.692	50.207	39.988	33.736	17.165	144.990	115.503
(-) Custos e despesas	(16.261)	(19.297)	(16.938)	(12.409)	(44.117)	(33.649)	(14.827)	(7.382)	(92.143)	(72.737)
(-) Depreciação	(5.100)	(3.578)	(2.738)	(1.064)	(2.384)	(1.683)	(5.801)	(2.614)	(16.023)	(8.939)
Lucro operacional	<u>10.472</u>	<u>12.783</u>	<u>9.538</u>	<u>9.219</u>	<u>3.706</u>	<u>4.656</u>	<u>13.108</u>	<u>7.169</u>	<u>36.824</u>	<u>33.827</u>
Receita financeira	662	176	467	105	374	89	558	99	2.061	469
Despesa financeira	(1.598)	(2.333)	(1.167)	(1.397)	(973)	(1.180)	(1.380)	(1.311)	(5.118)	(6.221)
Lucro antes do IRPJ/CSL	9.536	10.626	8.838	7.927	3.107	3.565	12.286	5.957	33.767	28.075
(-) IRPJ/CSL	<u>(3.264)</u>	<u>(3.555)</u>	<u>(3.029)</u>	<u>(2.652)</u>	<u>(1.076)</u>	<u>(1.193)</u>	<u>(4.200)</u>	<u>(1.993)</u>	<u>(11.569)</u>	<u>(9.396)</u>
Lucro líquido	<u>6.272</u>	<u>7.071</u>	<u>5.809</u>	<u>5.275</u>	<u>2.031</u>	<u>2.372</u>	<u>8.086</u>	<u>3.964</u>	<u>22.198</u>	<u>18.682</u>
EBITDA	15.560	16.361	12.266	10.283	6.123	6.339	18.898	9.783	52.847	42.766

Ativo por segmento de negócio

31 de março 2011						
	Construção	Jahu	Serviços Industriais	Rental	Outros	Total
Imobilizado	172.152	155.187	70.122	223.713	-	621.174
Outros ativos	56.481	69.672	69.811	42.835	92.493	331.292
Ativo total	<u>228.846</u>	<u>225.123</u>	<u>140.197</u>	<u>266.710</u>	<u>92.493</u>	<u>952.466</u>

31 de dezembro 2010					
	Construção	Jahu	Serviços Industriais	Rental	Total
Imobilizado	166.106	125.396	70.555	189.117	551.174
Outros ativos	108.799	107.249	79.247	77.624	372.919
Ativo total	<u>274.905</u>	<u>232.645</u>	<u>149.802</u>	<u>266.741</u>	<u>924.093</u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Valor contábil	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	4.300	6.192
Contas a receber de clientes	126.081	125.917
Depósitos Judiciais	7.319	7.328
Disponível para venda		
Titulos e valores mobiliarios	<u>11.041</u>	<u>136.146</u>
	148.741	275.583
Outros passivos financeiros		
Empréstimos a taxas pós - fixadas	88.811	59.679
Arrendamento financeiro	68.156	72.944
Contas a pagar a fornecedores	24.314	32.743
Passivos financeiros ao valor justo e derivativos		
Derivativos em hedge eficazes	8.593	7.003
Planos de opções de ações	<u>7.339</u>	<u>6.898</u>
	197.213	179.267

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

(a.1) Valor justo dos títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

(a.2) Valor justo, do contas a receber e dos fornecedores

O valor justo dos valores a receber de clientes e dos valores a pagar para fornecedores , considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

(a.3) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

A administração da companhia julga que os empréstimos e financiamentos que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil são substancialmente similares ao valor de mercado.

Empréstimos e financiamentos

Dívida	Indicador	Valor justo		Valor contábil	
		31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
BNDES	TJLP	20.173	17.408	18.597	17.771
Capital de giro	CDI	70.795	41.594	70.214	41.908
Leasing	CDI	69.212	72.517	68.156	72.944

(b) Instrumentos financeiros Derivativos - hedge

(b.1) Política de Contratação de Derivativos

Com o objetivo de proteger o patrimônio à exposição de compromissos assumidos em moeda estrangeira, a companhia desenvolveu sua estratégia para mitigar tal risco de mercado. A estratégia, quando aplicada, é realizada para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa desejável, ou seja, a manutenção do desembolso do recurso planejado.

A Mills acredita que o gerenciamento de tais riscos é primordial para apoiar sua estratégia de crescimento sem que possíveis perdas financeiras reduzam o seu resultado operacional, visto que, a companhia não almeja obter ganhos financeiros através do uso de derivativos. A gestão dos riscos em moeda estrangeira é feita pela Gerência e Diretoria Financeiras, que avaliam as possíveis exposições a riscos e estabelecem diretrizes para medir, monitorar e gerenciar o risco relacionado às atividades da Companhia.

Com base neste objetivo, a Companhia contrata operações de derivativos, normalmente swaps e NDF (Non Deliverable Forwards), com instituições financeiras de primeira linha (rating de risco de crédito brAAA - escala nacional, Standard & Poor's ou similar), para garantir o valor comercial acordado no momento do pedido do bem a ser importado. Da mesma forma, contratos de swaps ou NDFs, devem ser contratados, para garantir o fluxo de pagamentos (amortização de principal e juros) de financiamentos em moeda estrangeira. Conforme o estatuto da companhia, qualquer contrato ou assunção de obrigação cujo montante exceda R\$10.000 (Dez milhões de reais) deve ser aprovado pelo conselho, salvo se previsto no Plano de Negócios. Para valores inferiores a R\$100 (cem mil reais), com prazo inferior a 90 dias, não se faz necessário a contratação de operações de *hedge*. Os demais compromissos devem ser protegidos contra a exposição cambial.

As operações de swaps e NDFs são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações a companhia minimiza o risco cambial igualando tanto o valor do compromisso quanto o período de exposição. O custo da contratação do derivativo está atrelado à taxa de juros, normalmente ao percentual do CDI (certificado de depósito interbancário). Os swaps e NDFs com vencimento inferior ou posterior ao vencimento final dos compromissos podem, ao longo do tempo, serem renegociados de forma que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final do compromisso. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do swap e do NDF poderão compensar parte do impacto da variação cambial da moeda estrangeira frente ao real, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa.

Por se tratarem de derivativos, o cálculo da posição mensal é feito conforme a metodologia do valor justo, e são avaliados calculando o seu valor presente por meio da utilização de taxas de mercado que são impactadas nas datas de cada apuração. Essa metodologia, amplamente empregada, pode apresentar distorções mensais em relação à curva do derivativo contratado, entretanto, a companhia acredita que essa metodologia é a melhor a ser aplicada, pois mensura o risco financeiro caso seja necessário a liquidação antecipada do derivativo.

O monitoramento dos compromissos assumidos e a avaliação mensal do valor justo dos derivativos permitem acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como, garantir que os objetivos inicialmente planejados sejam atingidos. O cálculo do valor justo das posições é disponibilizado mensalmente para o acompanhamento gerencial.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de importações de equipamentos, no intervalo entre a colocação dos pedidos e a correspondente nacionalização, contra riscos de flutuação na taxa de câmbio, os quais não são utilizados para fins especulativos.

(b.2) Os derivativos podem ser resumidos conforme tabela a seguir:

Tipo	Valor de referência (nacional)	Valor justo	Valores a receber/ a pagar
	31 de março 2011	31 de março 2011	31 de março 2011
Compra a termo de Dolar (NDF)			
Bradesco	6.198	(179)	(179)
Santander	102.693	(9.246)	(9.246)
Itaú	-	-	-
	<u>108.891</u>	<u>(9.425)</u>	<u>(9.425)</u>
NDF			
Compra a termo de Euro			
Bradesco	877	22	22
	<u>877</u>	<u>22</u>	<u>22</u>
Tipo	Valor de referência (nacional)	Valor justo	Valores a receber/ a pagar
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2010
Compra a termo de Dolar			
Bradesco	909	(16)	(16)
Santander	133.145	(6.974)	(6.974)
Itaú	658	(13)	(13)
	<u>134.712</u>	<u>(7.003)</u>	<u>(7.003)</u>
NDF			
Compra a termo de Euro			
Santander	<u>238</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(b.3) Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

São avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado, na data-base do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento. Para os contratos com limitador ou duplo indexador foram considerados, adicionalmente, a opção embutida no contrato de swap.

(c) Análise de sensibilidade

Abaixo, segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários, por meio da Instrução nº 475/2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III):

Risco	Instrumento/operação	Descrição	Cenário I (provável)	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Taxa de juros	Dívida				
	BNDES - TJLP	Acréscimo no indicador	18.598	18.616	18.635
	Leasing - CDI	Acréscimo no indicador	68.156	70.807	73.486
	Capital de giro - CDI	Acréscimo no indicador	<u>70.214</u>	<u>71.836</u>	<u>73.433</u>
Total			<u>156.968</u>	<u>161.259</u>	<u>165.554</u>
		Variação			
Risco	Instrumento/operação	Descrição			
Taxa de câmbio (USD)	Compromissos comerciais*	Acréscimo na taxa de câmbio	(95.687)	(119.609)	(143.530)
	NDF	Acréscimo na taxa de câmbio	<u>(13.156)</u>	<u>10.778</u>	<u>34.712</u>
Total			<u>(108.843)</u>	<u>(108.831)</u>	<u>(108.818)</u>
		Variação			
Risco	Instrumento/operação	Descrição			
Taxa de câmbio (EURO)	Compromissos comerciais*	Acréscimo na taxa de câmbio	(905)	(1.132)	(1.358)
	NDF	Acréscimo na taxa de câmbio	20	244	468
Total			(885)	(888)	(890)

* Os contratos de swaps são firmados para troca de 100% do risco da moeda estrangeira (USD) para moeda nacional (R\$).

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Referência	Cenário I manutenção da taxa	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (%) (i)	11,75%	14,69%	17,63%
TJLP (%) (ii)	6,00%	7,50%	9,00%
US\$ (%) (iii)	1,63	2,04	2,45
Euro (%) (iv)	2,34	2,93	3,51

- (i) Como relação ao risco de juros, a administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) para seus instrumentos financeiros a manutenção da taxa Selic, consequentemente da taxa CDI, uma vez que existe uma relação direta entre as taxas, e um aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.

- (ii) Para os passivos financeiros relacionados com empréstimos e financiamentos - BNDES, a administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) seria a manutenção da taxa da TJLP para os próximos três meses, uma vez que não existe evidência de alteração da taxa no curto prazo, e aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.
- (iii) e (iv) A administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) a manutenção da taxa de câmbio para os próximos três meses e um aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.

(d) Metodologia de cálculo da efetividade dos hedges

As operações de *hedge (swap)* da Companhia são realizadas com o intuito de buscar proteção contra as oscilações da moeda estrangeira de suas importações de máquinas e equipamentos. Tais operações são classificadas como *hedge accounting*.

A companhia comprova a efetividade desses instrumentos com base na metodologia "*Dollar offset*", que é comumente utilizada por participantes do mercado de derivativos. Tal metodologia consiste em comparar o valor presente, líquido de exposições futuras em moeda estrangeira, de compromissos assumidos pela Companhia, com derivativos contratados para tal proteção cambial.

(e) Ganhos e perdas no período

Haja vista o fato de que a Companhia comprova a efetividade das operações de *hedge accounting (swap)* realizadas, as perdas e os ganhos verificadas nessas operações de derivativos são reconhecidas em contrapartida dos bens hedgeados (ativo imobilizado) como parte do custo inicial do bem no mesmo momento da contabilização do ativo. A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta de outros passivos, no balanço patrimonial, em contrapartida da de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

(f) Derivativos embutidos

Todos os contratos com possíveis cláusulas de instrumentos derivativos ou títulos e valores mobiliários a serem realizados são avaliados pela Gerência Financeira em conjunto com a equipe jurídica, antes das assinaturas, para que haja orientação a respeito da realização eventual dos testes de efetividade, estabelecimento da política contábil a ser adotada e da metodologia para cálculo do valor justo.

A Companhia atualmente não detém contratos com derivativos embutidos, em aberto.

(g) Valor e tipo de margens dadas em garantia

As operações existentes de derivativos de moeda estrangeira não exigem depósito de margem de garantia.

22. SEGUROS

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, a Companhia contratou seguro contra riscos de responsabilidade civil, cuja cobertura, em 31 de março de 2011, montava a R\$24.000 (31 de dezembro de 2010 - R\$24.000), considerada suficiente para cobrir possíveis sinistros.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 18 de abril de 2011, foi realizada oferta pública de distribuição de 27 mil Debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$270 milhões, taxa de juros equivalente a 112,5% do CDI e com prazo de vencimento de cinco anos. As debêntures têm valor nominal unitário de R\$10, observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476.
